

**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



ÁTICO: experiências interdisciplinares e participativas de um escritório modelo em São Paulo

Driely de Oliveira Carvalho

Graduanda no Instituto Federal de São Paulo, SPO - driely.c@aluno.ifsp.edu.br

Ana Beatriz Fidelis Donato

Graduanda no Instituto Federal de São Paulo, SPO - ana.fidelis@aluno.ifsp.edu.br

Talita Andrade Ferreira

Graduanda no Instituto Federal de São Paulo, SPO - talita.ferreira@aluno.ifsp.edu.br

Maria Beatrice Giannoni

Graduanda no Instituto Federal de São Paulo, SPO - beatrice.giannoni@aluno.ifsp.edu.br

Caroline Kaori Oshiro

Graduanda no Instituto Federal de São Paulo, SPO - caroline.oshiro@aluno.ifsp.edu.br

Sessão Temática 09: ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência

O vertiginoso processo de urbanização, na segunda metade do século XX, tem como fruto a ratificação da desigualdade socioeconômica, assim como o acesso ao Direito à Cidade e à qualidade de vida. Nesse contexto, a ÁTICO, como projeto de extensão universitária do Instituto Federal de São Paulo, visa atuar como agente de transformação social, aplicando os conhecimentos adquiridos no meio acadêmico, através de atividades relacionadas a projetos de construção e proposição de melhorias para moradias precárias e espaços de convivência para a população de baixa renda. No presente artigo, são apresentadas as experiências e desenvolvimento dos projetos elaborados pelos autores — Nova Praça Kantuta; Vila Santo Antônio do Canindé; EMEF Estação Jaraguá; e Ocupações Esperança e Ribeirão Vermelho —, assim como a importância da atuação horizontal e multidisciplinar, a fim de proporcionar maior participação da comunidade e intensificar a troca de saberes.

Palavras-chave. Escritório Modelo; Extensão Universitária; Direito à Cidade; Assessoria técnica; Relatos de experiência.

ÁTICO: interdisciplinary and participative experiences of an Architecture and Urbanism Model Office in São Paulo

The rapid urbanization process, in the second half of the 20th century, resulted in the ratification of socio-economic inequality, as well as access to the Right to the City and quality of life. In this context, the ÁTICO as a university extension project developed in a Public Education Institution in São Paulo, aims to act as agent of social transformation, applying the knowledge acquired in the academic environment, through activities related to construction projects and proposal of improvement for precarious dwellings and living space for the low income public. This article presents the experience and development of the projects elaborated by the authors — Nova Praça Kantuta; Vila Santo Antônio do Canindé; EMEF Estação Jaraguá; Ocupações Esperança and Ribeirão Vermelho —, as well as the importance of horizontal and multidisciplinary action, in order to provide greater community participation and intensify the exchange of knowledge.

Keywords: Architecture and Urbanism Model Office; University extension project; Right to the City; Technical advisory services; Experience Reports.

ÁTICO: experiências interdisciplinares y participativas de una Oficina Modelo de Arquitectura y Urbanismo en São Paulo

El vertiginoso proceso de urbanización, en la segunda mitad del siglo XX, tiene como consecuencia la ratificación de la desigualdad socioeconómica, así como en el acceso al Derecho a la Ciudad y a la calidad de vida. En este contexto, la ÁTICO, como proyecto de extensión universitaria de una Institución de Enseñanza Pública de São Paulo, tiene como objetivo actuar como agente de transformación social, aplicando los conocimientos adquiridos en el medio académico, a través de actividades relacionadas con proyectos de construcción y proposición de mejoras para viviendas precarias y espacios de convivencia para el público de baja renta. En el presente artículo, son presentadas las experiencias y desarrollo de los proyectos elaborados por los autores — Nova Praça Kantuta; Vila Santo Antônio do Canindé; EMEF Estação Jaraguá; y Ocupações Esperança y Ribeirão Vermelho —, así como la importancia de la actuación horizontal y multidisciplinar, con el fin de proporcionar mayor participación de la comunidad y intensificar el intercambio de conocimientos.

Palabras clave: Oficina Modelo; Extensión Universitaria; Derecho a la Ciudad; Asistencia Técnica; Relatos de experiencias.

1. Introdução e o papel da prática extensionista

As dinâmicas sociais e econômicas do séc. XX no Brasil, foram determinantes para a conformação de um cenário de exclusão e segregação socioespacial. O intenso crescimento populacional, acentuado principalmente a partir da metade do século, associado a um processo de urbanização acelerada e a intensa industrialização e desenvolvimento econômico desigual, decorreram em uma crescente expansão horizontal da mancha urbana, para regiões periféricas carentes de infraestruturas (SACHS, 1999).

Dessa forma, grande parcela da população, por falta de opção, foi sujeitada a viver em uma “ilegalidade urbanística”, em que a exclusão é de um todo: social, econômica, ambiental, jurídica e cultural (Maricato, 2003). Assim, reafirma-se a reprodução da desigualdade e dos privilégios de ordenamento da cidade, que estruturam, historicamente, a sociedade brasileira e que torna necessária a implantação de políticas públicas para assegurar a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade ao acesso e direito à cidade e à garantia da moradia digna.

Neste contexto, a atuação e mobilização de diversos agentes da sociedade resultaram em ganhos legislativos que buscam estabelecer instrumentos para a promoção de ações visando às populações vulneráveis. O Estatuto da Cidade, de 2001, Lei nº10.257/01, representou um marco ao regulamentar o capítulo de política urbana (artigos 182 e 183) da Constituição Federal de 1988 e criar um instrumento para a assistência técnica e jurídica gratuita às comunidades vulneráveis (BRASIL, 2001). Em 2008 foi sancionada a Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), Lei 11.888/08, que institui e regulamenta o acesso gratuito de famílias com renda de até 3 salários-mínimos aos serviços de profissionais de Arquitetura e Urbanismo em diversas escalas (BRASIL, 2008). Iniciativas como essas reforçam o importante papel do assessor técnico nas políticas públicas, como direito do cidadão e da função social da cidade no trabalho de prover acesso equânime a bens, serviços, equipamentos sociais, saneamento básico e condição de habitação digna.

Apesar da seguridade de leis, o campo da assessoria técnica voltada às populações de baixa renda ainda encontra muitas dificuldades por conta da insuficiência de subsídio para a atuação de profissionais, em que a ação passa a acontecer para além do fomento da política pública. Muitas vezes também, as práticas ocorrem no âmbito voluntário e/ou por meio de iniciativas universitárias. Especialmente a partir da década de 1980, o meio acadêmico passa a ser um espaço importante para introduzir debates sobre o movimento estudantil e a formação social do arquiteto e urbanista. Por meio de encontros e seminários regionais e nacionais, a discussão sobre o tema vinha sido debatida entre os estudantes, e após a oficialização da Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FeNEA), em 1992, a dinâmica foi fortalecida.

Contudo, enquanto as discussões cresciam, ainda encontrava-se resistência da comunidade acadêmica para a inserção de conteúdos voltados à assessoria técnica no ensino de Arquitetura

e Urbanismo. A formação, pautada no tripé ensino-pesquisa-extensão, definidos na Constituição de 1998, pelo artigo 207 (BRASIL, 1998), foi um passo importante para consolidar o papel extensionista. É sobretudo, por meio de extensões universitárias em que evidencia-se ação da assessoria técnica junto às comunidades de baixa renda, tornando-se uma notória ferramenta para integrar debates teóricos e práticas profissionais socialmente impactantes. Porém, diferente do ensino e pesquisa, a extensão se apresentava de uma maneira menos delimitada, que por um lado pode possibilitar uma ação diversa entre as faculdades e universidades, e por outro, em muitos casos, fica em segundo plano na formação.

No final de 2018, a Resolução nº 7 pelo Ministério da Educação em conjunto ao Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Superior (MEC/CNE/CES), passa a regulamentar uma estratégia no Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024). Dessa forma, norteia a Extensão na Educação Superior Brasileira e estabelece a incorporação da extensão nos currículos dos cursos de graduação. Essa medida poderá levar caminhos que são difíceis de mensurar, mudando o formato das ações da extensão. Pode ser benéfica a muitas instituições que renegaram o caminho extensionista, assim como, pode prejudicar ao promover ações descontínuas e sem aprofundamento das questões sociais.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é apresentar a atuação da extensão universitária, por meio do Escritório Modelo ÁTICO, ao elucidar experiências e discutir seu papel na formação e prática profissional dos envolvidos no processo.

2. Funcionamento do escritório modelo ÁTICO

A atuação da ÁTICO estabelece-se por meio de um projeto de extensão universitária inserida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus São Paulo (IFSP-SPO), localizada na região central da cidade. A sigla refere-se à Assessoria Técnica de Interesse às Comunidades Organizadas (ÁTICO). Seu propósito constitui-se em criar um espaço em que os alunos possam aplicar seus conhecimentos adquiridos durante a graduação, agregando as experiências multidisciplinares ao trabalhar em cenários de vulnerabilidade social; buscar parcerias alinhadas e criar redes de contato, propondo-se a disseminar projetos coletivos; e aprender atuar como entidade estudantil em defesa da Extensão Universitária diante situações e cenários políticos e sociais. Portanto, consolida-se em um grupo capaz de levar a Arquitetura e Urbanismo além do campo acadêmico, restituindo à sociedade de modo prático e institucional.

A equipe originou-se em 2016, pouco tempo depois da incorporação do curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo na instituição de ensino, ao passo que os próprios estudantes reconheceram a necessidade de incluir as questões sociais ligadas aos cursos. Diante disso, os professores junto aos estudantes, criaram o Projeto de Extensão Universitária, como parte complementar das atividades do Departamento de Construção Civil, formado pelos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Técnico em Edificações da instituição. Inicialmente, dividia-se em dois projetos, a REHABITAR (foco habitacional) e a HUMANIZAR (foco institucional), e no entendimento da indissociabilidade da temática do direito à cidade, uniu-se na ÁTICO.

Dessa forma, cria-se a possibilidade de retornar à sociedade o conhecimento obtido no ambiente acadêmico, levando a técnica para além da universidade e de forma institucional, além de receber conhecimentos espontâneos e empíricos de volta da comunidade, estabelecendo uma troca de saberes contínua. Seguindo uma proposta multidisciplinar, além da contribuição de estudantes dos três cursos do Departamento de Construção Civil — apesar dos alunos da área de Arquitetura e Urbanismo serem mais expressivos numericamente nas equipes — contou-se com contribuições externas à instituição, como estudantes da área de Psicologia e do Direito. Após uma reestruturação do Estatuto da ÁTICO, foi pautado sua atuação em conformidade a um Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) em conformidade com a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FeNEA). De acordo com Projeto de Orientação

a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (POEMA), um EMAU nasce da reflexão da “vivência e das práticas dos estudantes de Arquitetura durante a graduação, com a finalidade não só de completar a educação universitária, mas também para afirmar um compromisso com a realidade social da comunidade onde a universidade está inserida” (FeNEA, s.d).

Os trabalhos realizados em conjunto com as comunidades assessoradas buscam exercer uma relação horizontal, sem que haja diferenciação hierárquica entre seus integrantes, ainda que as atividades sejam orientadas por professores universitários, enquanto coordenadores das atividades (estes sendo responsáveis pelos projetos tanto técnica quanto legalmente, junto à IES). Assim, propõe-se estimular a autonomia e a troca de saberes e transformação social, trazendo atividades relacionadas à construção ou adequação de moradias, ou um espaço de convivência para usuários de baixa renda.

A ÁTICO não opera com fins lucrativos e atua com populações em vulnerabilidade social na cidade de forma participativa, dando protagonismo para cada um dos autores envolvidos. De acordo com Paulo Freire:

Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem, em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 1983, p.16)

Atualmente, a equipe se divide na atuação em Grupos de Trabalho (GT's) em diferentes escopos com base nas demandas elencadas pelas próprias comunidades, na Região Metropolitana e Litoral de São Paulo. Cada GT possui autonomia em seus projetos e cabe a eles se relacionarem com sua comunidade, com indispensável participação desta. As experiências a serem apresentadas partem da atuação de alguns desses GT's, sendo eles: Praça da Kantuta (Centro), Vila Santo Antônio do Canindé (Centro), EMEF Estação Jaraguá (Jaraguá), Ocupação Esperança (Osasco) e Ocupação Ribeirão Vermelho (Osasco).

3. Projeto participativo de requalificação da praça Kantuta

A Praça Kantuta, além de ser uma área de convívio público, é uma importante identidade para a região do Pari/Canindé, localizada nas proximidades do campus São Paulo do Instituto Federal e é caracterizada por configurar um espaço primordial para o desenvolvimento da economia local e para a promoção de eventos multiculturais (SANTOS, 2017). Dentre esses eventos, destaca-se a Feira da Kantuta, que ocorre semanalmente, promovendo a venda de comida e artesanatos e atividades típicas da cultura boliviana — como apresentações de música e danças —, assim, proporcionando aos moradores locais, a base de sua renda mensal. Embora a praça apresente um papel regional imprescindível, encontra-se em estado de degradação, sem infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades culturais e o cumprimento de sua função social e recreativa no cotidiano.

O fomento de espaços livres para o mosaico urbano, quando integrados a um sistema de áreas verdes, oferece maior benefício à saúde das pessoas presentes na região, trazendo um respiro para a cidade (SITTE, 1992 apud LOBODA e DE ANELIS, 2005). Seguindo essa linha, esses espaços podem ser essenciais para a melhoria da qualidade de vida urbana e são lugares de encontro, agregando diferentes públicos, culturas, trocas de experiências e valorizando o seu entorno e a cidade. Assim, a ÁTICO buscou levantar propostas que valorizem o local de encontro e permita que os cidadãos possam usufruí-lo sem segregação de classe ou raça, podendo potencializar a importância identitária da área para a população do entorno.

Com intuito de compreender melhor a demanda e estabelecer metas para o desenvolvimento do projeto participativo, foram articuladas reuniões entre o Escritório Modelo e o Coletivo proponente, contando com colaboração de representantes da sociedade que apresentavam uma vasta visão do uso da praça. Dessa forma, em 2018, foram aplicados questionários para os usuários do local de modo a obter uma análise mais aprofundada do posicionamento da comunidade sobre o

assunto (figura 1), obtendo-se 438 respostas ao todo. A partir da análise dos dados levantados foi evidenciado o caráter multicultural do espaço, trazendo à tona discussões sobre a importância de incorporar elementos culturais andino-amazônicos na praça. Somado a isso, foram levantadas problemáticas que traziam insatisfação aos frequentadores do local como insegurança, precariedade na limpeza, má iluminação, falta de infraestrutura e de equipamentos urbanos de qualidade presente na praça. No entanto, a presença de moradores de rua e usuários de drogas foi o item que despertou preocupação entre os entrevistados. A figura 2 ilustra a situação atual de uma parte da Praça Kantuta.



Figura 1. Equipe responsável pela aplicação dos questionários durante a realização da Feira da Kantuta (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2018).



Figura 2. Situação da praça Kantuta, São Paulo/SP (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2018).

A aliança estabelecida entre a ÁTICO e a população civil do território Pari/Canindé possibilitou que a concepção do projeto ocorresse de maneira participativa por meio de reuniões com a comunidade para a discussão de um programa de necessidades, com as características e as solicitações essenciais do público alvo feitas através de levantamento de dados. Assim, foram levantados os tipos de equipamentos e de mobiliários urbanos que melhor atendessem à demanda dos usuários da praça.

Com relação ao que foi apresentado, a equipe trabalhou em remodelar as diretrizes do projeto, enquanto eram propostos mutirão de limpeza da praça e plantio de mudas, tendo em vista uma maior aproximação da equipe com os usuários e moradores locais. Nesse contexto, quando foi finalizada, a proposta foi apresentada às lideranças locais e a população (figuras 3 e 4) utilizando maquetes físicas, as quais foram fundamentais para dinamizar o processo participativo por meio de um produto gráfico legível por todos. A equipe de docentes e discentes do projeto prosseguiu para o desenvolvimento do projeto executivo da Nova Kantuta, incorporando suas sugestões e mantendo a comunicação com a comunidade externa.



Figura 3. Utilização de maquetes físicas para apresentação, às lideranças locais, do projeto elaborado pelo Escritório Modelo para a Praça Kantuta (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2018).



Figura 4. Um dos primeiros contatos da equipe com a comunidade e usuários durante a Feira da Kantuta (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2018)

Dessa forma, prosseguiu-se a partir dos resultados dos levantamentos e pesquisas feitas com a participação ativa da população, a proposta de requalificação espacial da Praça Kantuta inicia-se com o reposicionamento da quadra poliesportiva, que estava com uma orientação imprópria. A sugestão foi alterar o sentido da quadra de modo a possibilitar a ampliação da área útil da praça e adequá-la ao uso. O projeto (figura 6) conta com a inserção de um playground, além da implantação de dois palcos devido a demanda de espaços para apresentações culturais, sendo um deles multifuncional, uma vez que cumpre também a função de uma arquibancada. Ademais, entre os equipamentos mais solicitados pela comunidade durante as pesquisas estavam os bancos. A leste estão os equipamentos de exercícios, mesas de jogos e um bicicletário, espaço pensado para atender a população idosa e aos trabalhadores da Unidade Básica de Saúde (UBS) adjacente. Já o paisagismo da praça foi pensado com o intuito de aproveitar alguns canteiros do local além de criar novos, adicionando novas espécies de árvores para aumentar o índice de arborização e áreas de sombras.

Ainda, o projeto buscou inserir elementos da cultura andino-amazônica como uma releitura do Portal do Sol e a Cruz Andina (Chakana), considerando a intersecção cultural existente na região a fim de promover maior pertencimento e de valorizar o potencial turístico da praça. O Portal do Sol é um monumento emblemático que faz parte do complexo arqueológico monumental da civilização antiga de Tiwanaku (localizado no altiplano boliviano). A Cruz Andina (Chakana) é um símbolo tradicional dos povos andinos (BAZÁN, 2020), e foi representada por meio da criação de um desenho no piso inspirado na modulação geométrica da cruz original.

Por fim, no que se refere aos materiais utilizados no projeto, a escolha considerou maior durabilidade e baixa manutenção, contando também com a participação da comunidade. No interior da praça foram escolhidos blocos de concreto intertravados para os pisos e placas de concreto moldadas in loco para a região da praça seca e para as calçadas. Os bancos e as mesas propostos são em concreto e os equipamentos de exercício em metal (figura 5).



Figura 5. Simulação volumétrica do projeto de requalificação da praça Kantuta, São Paulo/SP, (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2020).

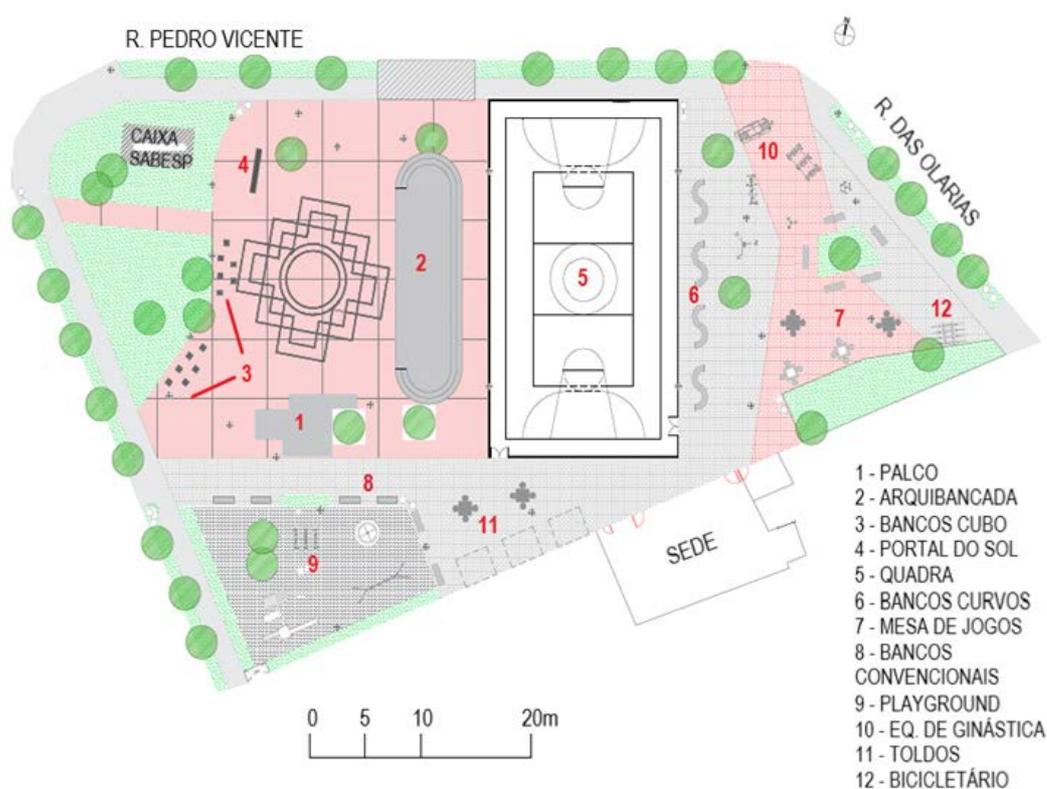


Figura 6. Projeto da praça Kantuta, desenvolvido pela ÁTICO (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2018).

Após aprovação da comunidade local, o projeto foi apresentado e defendido na Subprefeitura Regional da Mooca, e a ÁTICO passou a estudar procedimentos necessários para a sua execução. O trabalho realizado pela equipe atingiu seu objetivo de produzir um projeto participativo da Praça Kantuta, requalificando o espaço público e promovendo sua maior apropriação, além de consolidar a presença de povos imigrantes no bairro por meio dos elementos culturais que celebram a intersecção cultural e fortalecem a identidade do espaço. Contudo, para a execução do projeto da praça, é preciso subsídio da política pública e apesar do interesse momentâneo da Subprefeitura pelo projeto, infelizmente não saiu do papel.

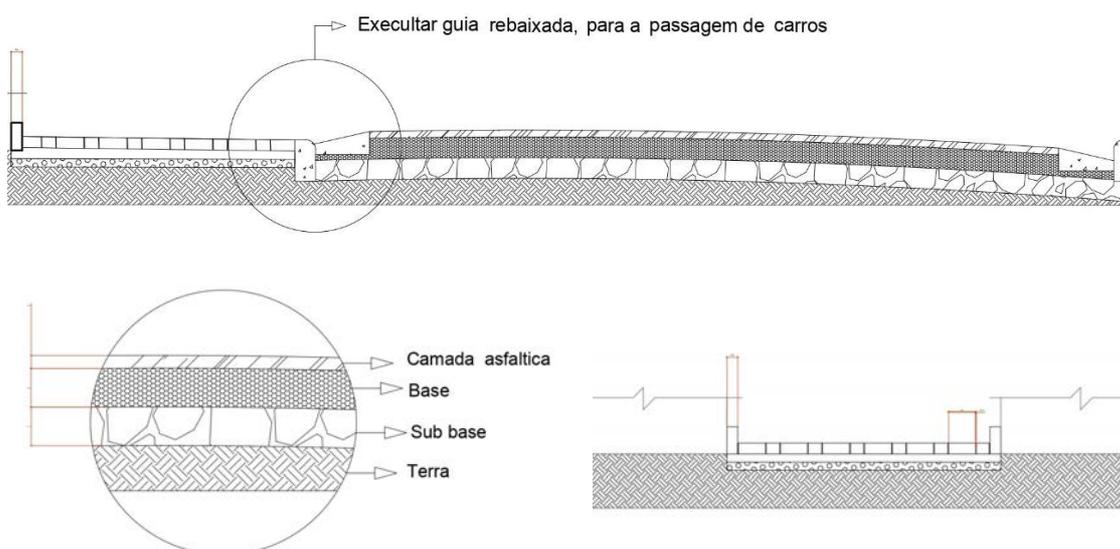
A partir deste projeto, a equipe alcançou parceria com outros Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAU's) de São Paulo e de diversos estados por meio da participação em encontros regionais e nacionais da Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FeNEA Br). Além da participação no "Fórum de Assistência Técnica e Extensão Universitária em Habitação de Interesse Social: Atuação Integrada no Espaço Urbano", projeto selecionado no edital de chamamento público nº 002/2018 processo administrativo nº 021/2018 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – São Paulo (CAU/SP) onde foi apresentado o projeto desenvolvido.

4. Propostas melhorias para a ocupação Vila Santo Antônio do Canindé

A Vila Santo Antônio trata-se de uma comunidade organizada em associação, localizada no Canindé, região central da cidade de São Paulo, que assim como a praça Kantuta, situa-se nas imediações do IFSP-SPO. O bairro historicamente dominado por olarias, foi ocupado por famílias dessa região há mais de 50 anos, sem regularização ou benfeitoria. Somado a isso, majoritariamente, as mais de 120 famílias abrigadas pela comunidade encontram-se em situação de precariedade e vulnerabilidade, com pouca acessibilidade à infraestrutura urbana básica. Vale destacar que a região, embora esteja localizada em área de várzea impermeabilizada, é desprovida de projetos de drenagens eficientes e, conseqüentemente, sofre por constantes alagamentos.

Neste contexto, em 2018, a ÁTICO foi contatada por um dos representantes do Território Canindé e morador desta comunidade, que levou ao grupo demandas pontuais de melhorias para as habitações. Assim, as atividades desenvolvidas foram realizadas através de levantamentos de dados em visitas técnicas nas unidades de moradias, estudos de projeto, propostas de reforma, elaboração e apresentação de materiais gráficos, levantamento de custos, entre outros. Simultaneamente, também foram realizados projetos urbanos e apoio nas reivindicações da comunidade, por exemplo, na recuperação de áreas comuns, a pavimentação das vielas e urbanização da praça, poda de árvores, adequação da rede de esgoto e de drenagem de águas pluviais e auxílio na regulamentação latifundiária.

Seguindo essa linha de pensamento, também em 2018, o escritório modelo encaminhou a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) um pedido para viabilização e execução de projetos de implementação de obras de rede de esgoto, de drenagem de águas pluviais e pavimentação de vielas, feitos pelos alunos com a colaboração de professor e seu escritório técnico (figuras 7, 8 e 9). Tais projetos foram apresentados à Subprefeitura da Mooca da PMSP, a qual assumiu, em conjunto com a SABESP, a responsabilidade de execução das obras. A parceria foi fundamental para o êxito da atividade, pois, caso não fossem trabalhadas simultaneamente, a rede de captação de esgoto ficaria sobrecarregada, ocasionando o retorno dos dejetos nas residências em momentos de chuvas intensas. Somado a isso, a Vila Santo Antônio foi inserida ao programa governamental, “Se liga na Rede”, cuja atuação foi imprescindível para o desenvolvimento das conexões de rede de esgoto e, conseqüentemente, do saneamento básico na região (figura 10 e 11).



Figuras 7, 8 e 9. Desenhos técnicos do projeto de drenagem feito pelos membros da ÁTICO (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2020).



Figuras 10 e 11. Obra do programa *SE LIGA NA REDE*, executada pela Goiânia Mauá Construtora LTDA, na Vila Santo Antônio (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2020).

Outrossim, a ÁTICO está realizando um acompanhamento em parceria ao Centro Garcia de Direitos Humanos, entidade de assessoramento jurídico, para regularização fundiária dos lotes ocupados pela comunidade. Para isso, os alunos elaboram um documento com viés de atestar a permanência dos moradores, apresentando o histórico da ocupação. Vale destacar que, durante o isolamento social, acarretado pelo alto contágio do vírus COVID-19, a equipe se manteve ativa distribuindo cestas básicas à população local.

Ademais, desde o primeiro contato com a ocupação, foram realizados cinco projetos de reforma de residências distintas. Atualmente, está sendo elaborado o projeto da nova casa para um casal de idosos, cuja estrutura da habitação atual é a única em madeira que resta na comunidade (figura 12). Ela fica abaixo do nível da rua, ocasionando um alagamento mais intensificado em dias de muita chuva. Dessa forma, o projeto (figura 13) foi desenvolvido pelos alunos e aprovado pelo casal, e encontra-se nas etapas de orçamento e cálculos estruturais. A execução do projeto será feita pelos moradores da Vila Santo Antônio, com acompanhamento dos alunos e professores da extensão.



Figura 12. Moradia atual do casal de idosos (fonte: Acervo do Escritório Modelo).



Figura 13. Estudo preliminar do projeto de reforma do casal de idosos (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2022).

Ao decorrer do primeiro semestre de 2022, também foram retomados os planejamentos de cadastramento de todos os habitantes e suas moradias para a regularização da Vila. Por meio de reuniões com a advogada responsável pelo processo e o atual líder da comunidade, ficou programado o início desse projeto para 2023.

5. Concepção do espaço semear na Escola Municipal estação Jaraguá

O projeto em desenvolvimento na Escola Municipal de Ensino Fundamental Estação Jaraguá (localizada no Jardim Bandeirantes, na zona norte de São Paulo – SP) teve início no ano de 2019, e, em linhas gerais, diz respeito à readequação do espaço externo à edificação denominado “Espaço Semear”. O objetivo é a elaboração de um projeto participativo que oriente a adaptação espacial do local com a finalidade de permitir o acesso e permanência de toda comunidade escolar na área externa em questão, além de proporcionar maiores possibilidades de uso e aprendizado.

O “Espaço Semear” da EMEF Estação Jaraguá configura-se como uma grande área de vegetação natural onde são desenvolvidas atividades escolares ao ar livre e ações colaborativas, à exemplo da horta comunitária mantida por alunos, professores e alguns moradores da região. Atualmente, a principal questão espacial do local é a grande declividade que ele possui, combinada com a disposição desfavorável de ambientes da área, o que não somente impede o acesso físico de toda e qualquer pessoa que componha a comunidade escolar, como também dificulta o fomento de atividades pedagógicas de maneira apropriada. A figura 14 demonstra a forte presença de vegetação e a declividade do espaço; ao fundo, é possível visualizar estruturas de fundação do edifício escolar. A figura 15, por sua vez, apresenta o acesso principal do Espaço Semear, coberto pelas estruturas de fundação.



Figura 14. Espaço externo da EMEF Estação Jaraguá (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2019).



Figura 15. Área coberta do Espaço Semear (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2019).

A parceria estabelecida com a ÁTICO possui o intuito de produzir um projeto participativo com estudantes e funcionários da instituição, de modo que, o grupo de trabalho atue técnica e socialmente junto ao público alvo, visando criar um espaço externo que atenda necessidades e respeite as percepções dos usuários em relação à constituição do espaço público, potencializando um ambiente escolar e impulsionando o desenvolvimento, por parte dos alunos, de práticas alinhadas ao projeto pedagógico.

No mais, dada a importância da participação do público alvo no desenvolvimento da proposta, uma vez que a assessoria técnica adota como princípio norteador a integração da comunidade no processo projetual e o diálogo entre os conhecimentos técnicos e empíricos visando a produção de um bem coletivo que resulte da apropriação do projeto por essa comunidade, a base escolhida para a metodologia de trabalho está disposta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI): “O estabelecimento de uma relação afetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade” (BRASIL, 2010).

Considerando essa visão de projeto, as ações desenvolvidas na EMEF Estação Jaraguá também priorizaram a troca multidisciplinar entre professores, alunos e membros da ÁTICO, que se deu por meio da realização de três oficinas no próprio ambiente escolar. Com o intuito de basear o

projeto em muitas das ideias levantadas pelas crianças e comunidade escolar de maneira geral — além de considerar os fatores particulares do terreno à exemplo orientação solar e dos ventos, preservação da flora local, alteração mínima da declividade —, as oficinas proporcionaram aproximação da equipe com os princípios pedagógicos da instituição, com as necessidades de acessibilidade dos usuários e com os desejos e saberes das crianças.

A primeira oficina, denominada “Oficina de Reconhecimento e Pertencimento do Espaço”, aconteceu em 2019 e foi também o primeiro contato dos alunos da extensão universitária com os membros da comunidade escolar. A dinâmica dividiu-se em 3 principais momentos, sendo o primeiro momento uma caminhada pelo local com os alunos de sétimos e nonos anos, que tencionava o reconhecimento do ambiente e compartilhamento de experiências das atividades estudantis ali desenvolvidas anteriormente. Em um segundo momento, os alunos se dirigiram até a sala de artes e foram orientados a responder a pergunta “O que você gostaria que tivesse no Espaço Semear?”, por meio de desenho, colagem ou palavras que permitissem, de forma livre, que as crianças expressassem suas expectativas para a área. Com esse levantamento o grupo pôde observar a capacidade dos estudantes de assimilar e representar parte de suas vivências coletivas nos locais que usufruem. Por fim, abriu-se espaço para que os alunos apresentassem suas propostas.

O encontro buscava compreender as experiências dos professores, coordenadores, diretores e das crianças no espaço, para fosse desenvolvido um plano de necessidades inicial para o Espaço Semear baseado nas experiências e sugestões dos usuários. O plano priorizou uma solução para os acessos à área com a criação de rampas e uma escada em conformidade com as normas de acessibilidade e sinalização, assegurando segurança e bem-estar. A imagem abaixo (figura 16) ilustra os cartazes produzidos pelos alunos durante a oficina realizada.



Figura 16. Dinâmica de desenho com os estudantes da escola (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2019).

A segunda oficina aconteceu no mesmo ano, intitulada “Ciclo de Acessibilidade”, que tinha como objetivo conscientizar os alunos da EMEF sobre o papel da acessibilidade nos espaços escolares. A dinâmica ocorreu no Espaço Semear com diferentes grupos de estudantes, também sendo dividida em 3 etapas: a primeira foi uma conversa sobre acessibilidade e direito à cidade, com uma base técnica apresentada pela equipe e espaço de diálogo para que cada estudante pudesse apresentar suas vivências e percepções; após as discussões sobre acessibilidade, desenho universal e a importância do respeito às pessoas com deficiência, a segunda etapa girou em torno da elaboração de um cartaz, onde os estudantes deviam avaliar cada situação demonstrada em imagens previamente impressas e classificá-la como “acessível” ou “não acessível”; a terceira e última etapa foi uma ação de conscientização, onde os alunos formaram duplas e enquanto uma criança ficava vendada, a outra a guiava por todo o espaço semear (figura 17). Os papéis das duplas foram alternados para que ambos os estudantes reconhecessem os obstáculos do percurso e a importância de garantir espaços de locomoção acessíveis a todos. Além disso, durante a visita para o desenvolvimento da segunda oficina, a equipe conseguiu observar e determinar em quais as áreas do espaço externo os usuários possuíam maior dificuldade de locomoção, e definir as intervenções que o projeto poderia contemplar.



Figura 17. Estudantes em duplas para a dinâmica de conscientização (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2019).

A última oficina, denominada “Arborização”, foi desenvolvida em 2021 em um momento pós-pandemia e retomada de contato presencial com o público alvo. Primeiramente, foi realizada em sala de aula uma apresentação sobre a importância da arborização para as cidades e para o Espaço Semear, para as turmas de oitavo ano. Em seguida, a proposta foi de levar os alunos para andar pela área em questão e produzir um desenho de observação da vegetação ali encontrada (figura 18). Por fim, formou-se uma roda de conversa que visava o compartilhamento de opiniões e impressões sobre a experiência. As atividades buscaram demonstrar ao público alvo a relevância do espaço verde existente na escola e na região, uma vez que a EMEF se situa próxima ao Parque Estadual do Jaraguá, ou “Pico do Jaraguá”, tombado devido sua importância histórica pela Resolução número 31/92 estabelecida pelo CONPRESP.



Figura 18. Alunos durante a atividade de desenho (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2021).

Fazendo uso dos materiais gerados pelas oficinas, a equipe aplicou conhecimentos técnicos relacionados à construção civil, para a concepção de um projeto preliminar coerente com a proposta estabelecida previamente, de configurar um espaço seguro, funcional e acessível (Kowaltowski, 2011). Para tal, foram realizados uma série de processos técnicos, desde o acesso à planta da escola até a produção dos desenhos técnicos das rampas e setorização da horta e área de convivência (figura 19), além dos estudos ambientais de insolação, arborização e vegetação (figura 20).

O pátio coberto e as áreas livres da escola devem oferecer ambientes agradáveis, com vegetação que propicie sombra em proporção adequada aos períodos predominantes de calor do clima local. O projeto da escola deve incluir um projeto paisagístico de fácil manutenção que propicie aos usuários contato com elementos naturais e vistas humanizadas. Uma horta pode fazer parte desse projeto. Em terrenos com topografia acidentada, devem ser criados platôs interligados por rampas. Taludes íngremes devem ser evitados para a segurança física das crianças. (KOWALTOWSKI, 2011, p. 195)

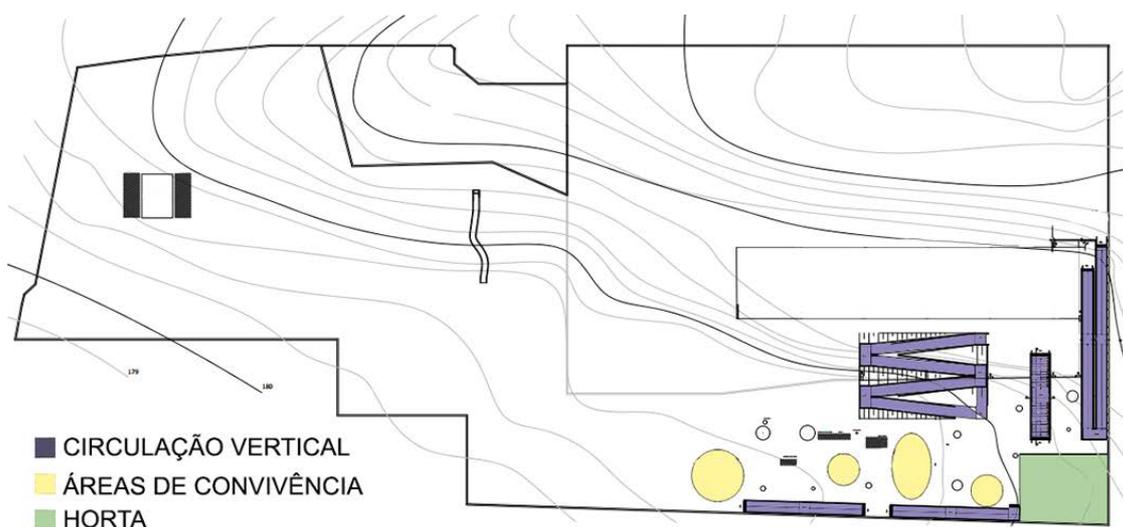


Figura 19. Implantação da circulação vertical, áreas de convivência e horta (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2021).

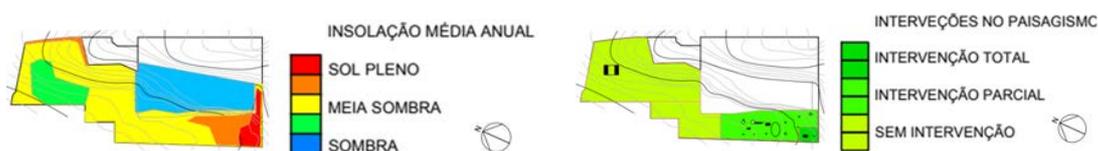


Figura 20. Estudos ambientais de insolação e arborização e vegetação (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2021).

É importante destacar a dificuldade da continuidade dos trabalhos com as crianças no ano de 2020, por conta do isolamento devido a pandemia do coronavírus. Em um momento em que muitas das atividades que eram presenciais passaram para o formato remoto dado o fechamento das escolas públicas, o contato com o público alvo não funcionou da mesma maneira, especialmente no caso de pessoas de baixa renda e/ou sem acesso a dispositivos com conexão à internet. Assim, as ações desse grupo de trabalho da ÁTICO também foram afetadas, passando a girar em torno do desenvolvimento dos desenhos. Após a flexibilização da pandemia, as atividades junto à comunidade escolar puderam voltar a acontecer.

Atualmente, o foco das ações em andamento é o detalhamento das áreas do espaço em plantas-baixa, cortes e perspectivas. No mais, muitas vezes os ajustes necessários para adaptar um espaço com situações variáveis de topografia tiram a vantagem da redução do custo do projeto (Kowaltowski, 2011). Por isso, uma vez finalizado o projeto, a última etapa é desenvolver o orçamento tendo como base o anteprojeto, que inclui os tipos de revestimento, materiais, processos construtivos, entre outros aspectos necessários, de modo que se conclua o objetivo estabelecido pelo grupo de trabalho junto a comunidade escolar e seja possível a aplicação do projeto com o melhor custo-benefício.

Dado o exposto, é possível apontar que o grupo de trabalho atuante na EMEF Estação Jaraguá, desde o seu início, valoriza a pluridisciplinaridade, o protagonismo e envolvimento do público alvo no desenvolvimento do projeto, a evolução e atuação da equipe que promove ações que transpõem o campo da construção civil e a troca de conhecimentos com a comunidade. O trabalho não é unilateral e não engloba apenas a entrega de um projeto arquitetônico para o Espaço Semear, mas busca por um processo de aprendizagem mútua.

6. Mitigação dos Conflitos Fundiários nas ocupações Esperança e Ribeirão Vermelho

Um dos Grupos de Trabalho dentro da ÁTICO é o da Ocupação Esperança, localizada na cidade de Osasco/SP, que abriga, aproximadamente, 500 famílias de trabalhadores de baixa renda que se organizaram por meio de uma Associação de Moradores. O trabalho no local teve início no ano de 2019, com ações realizadas durante uma parceria com o coletivo entre FAUs, o IAB/SP, e o CAU/SP. Na época, a equipe foi chamada para elaborar e acompanhar o projeto de uma praça dentro da ocupação, em processo de mutirão no “Fórum de Assistência Técnica e Extensão Universitária em Habitação de Interesse Social: Atuação Integrada no Espaço Urbano”. Após essa atividade (figura 21), os estudantes mantiveram o contato com a Ocupação, buscando garantir apoio técnico nas ações voltadas à situação fundiária da área.



Figura 21. Contato da equipe ÁTICO com a Ocupação Esperança através de oficinas (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2019).

Outra ocupação atendida pelo mesmo grupo de trabalho é a Ribeirão Vermelho, também localizada em Osasco/SP. Nesse local os trabalhos se iniciaram a partir de uma parceria com o EMAU Colmeia em 2020. Por meio de um contato direto com as lideranças comunitárias durante o período da pandemia do coronavírus (COVID-19), foi estabelecida uma colaboração que objetivou a regularização fundiária e urbanização da área, pela luta e permanência dos moradores no local não obstante às pressões da prefeitura para desocupação da área. As áreas que fazem parte da ocupação são compreendidas pelos moradores como Brahma e Eletropaulo, conforme o histórico de ocupação no local, mas sem ligação direta com a marca de bebidas e a concessionária de energia. No que diz respeito à quantidade de famílias presentes no território, existiam cerca de 160 famílias, porém, quando das desapropriações protetivas da Área de Preservação Permanente (APP), realizada pela Prefeitura Municipal de Osasco, algumas famílias deixaram o local tendo garantida uma “bolsa aluguel” pelo Poder Municipal.

Durante o ano de 2020, surgiu a oportunidade de submeter os projetos em desenvolvimento nas duas ocupações, a um edital de fomento em ATHIS nº006/2020 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP), sendo realizada uma parceria com a Assessoria Técnica Ambiente Trabalhos, o Escritório Modelo Colmeia (extensão universitária da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, campus Presidente Prudente), o Movimento Social Luta Popular, a Associação de Moradores da Ocupação Esperança e a Associação de Moradores Unidos do Ribeirão Vermelho (AMURV). Dessa forma, foi criado o projeto denominado como “Mitigar Conflitos Fundiários Ribeirão Vermelho e Esperança - Osasco/SP”, com a coordenação composta por membros da ÁTICO, Colmeia e Assessoria Técnica Ambiente Trabalhos.

A partir da aprovação do projeto pelo edital, houve a contratação de um corpo de 30 profissionais em arquitetura, previsto para a realização das ações, além de uma advogada e uma técnica social para acompanhamento dos trabalhos. O projeto foi destinado à comunidade das ocupações e seu entorno próximo, que seguem resistindo na mesma área há anos, em busca de acesso à moradia digna em Osasco.

No escopo dos projetos do CAU-SP, com as ocupações Esperança e Ribeirão Vermelho, o objetivo era de realizar planos urbanos, propondo melhorias habitacionais, a fim de garantir melhores condições de moradia, instrumentalizar as famílias que ocupam a área na leitura do seu espaço, buscando atingir a regularização fundiária do território ocupado. Seu desenvolvimento envolveu a elaboração de levantamentos que embasaram uma caracterização da área, coleta de dados e atualização do cadastro das famílias a partir de um processo de selagem, além da execução de oficinas com o intuito de explicar o projeto e discutir propostas com os moradores. As figuras 22 e 23 expõem momentos de visita e conversa com os moradores e lideranças locais na ocupação Esperança e as figuras 24 e 25, da Ocupação Ribeirão Vermelho, durante o edital.



Figuras 22 e 23. Visitas da equipe ÁTICO à Ocupação Esperança, com profissionais do contratado pelo Edital do CAU-SP (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2021).



Figuras 24 e 25. Visita técnica da Equipe ÁTICO em contato com a área e com os moradores da Ocupação Ribeirão Vermelho (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2021).

Durante o ano de 2021, a partir do projeto de fomento do CAU-SP citado, foram produzidos um caderno de plano urbano e uma cartilha de melhorias habitacionais (figura 26), desenvolvidos a partir da análise de problemas mais frequentes na ocupação. A cartilha apresenta de maneira clara, objetiva e ilustrada, projetos para solucionar problemas estruturais, de umidade e infiltração, de acessos e circulação e de ventilação e iluminação.

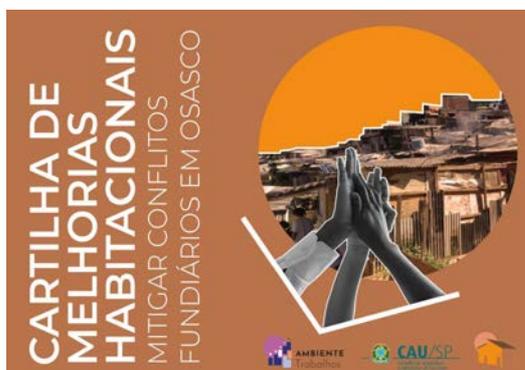


Figura 26. Cartilha de Melhorias Habitacionais (fonte: Acervo do Escritório Modelo, 2021).

Após a conclusão dos trabalhos do edital, os profissionais contratados não puderam continuar o trabalho, devido ao encerramento da verba. Nesse sentido, a falta de um subsídio contínuo para a atuação a longo prazo nos locais pode ser vista como uma falha nos editais. Assim, admitindo a importância de projetos contínuos, a ÁTICO segue acompanhando o processo de ocupação. Atualmente, na Ocupação Esperança, trabalha-se para atender às demandas relacionadas à construção civil que surgem por parte da comunidade local, buscando manter contato com as lideranças. Já na ocupação Ribeirão Vermelho, o Escritório Modelo, a partir da demanda de produzir um espaço de horta comunitária e local para confraternização, elaborou um projeto completo com descrição de objetivos, orçamento e planta de implantação, visando conseguir verba do Sindicato dos Químicos para a instalação desse espaço. A verba foi aprovada e o grupo acompanhará as ações no ano de 2023.

7. Conclusão

Tendo em vista os aspectos apresentados, compreende-se que a extensão universitária possui um papel fundamental na formação dos jovens profissionais, na medida em que permite que os conceitos abordados em aula sejam aplicados de forma prática, auxiliando no desenvolvimento dos estudantes. Além disso, no que tange a extensão enquanto um meio de integração entre a universidade e a sociedade, a atuação extraclasse dos alunos compreende projetos que buscam promover à comunidades vulneráveis, melhorias nas condições de moradia e de equipamentos de uso coletivo, incentivando o acesso e permanência em locais que contribuam para a consolidação e proteção do direito à cidade.

Dessa forma, entende-se que a Universidade deve ser reconhecida como geradora de conhecimento técnico e científico, atuando como um agente essencial de transformação da sociedade. A extensão, por sua vez, atrelada ao processo de ensino e aprendizagem, deve ser compreendida como elemento transformador da realidade social, como atividade didático-pedagógica, possibilitando a devolução do conhecimento acadêmico à população.

As experiências do escritório modelo ÁTICO demonstram esse compartilhamento, com a sociedade, do que é produzido na academia, a partir da criação de novos laços com as comunidades, seja no entorno próximo a Instituição de Ensino no centro de São Paulo, ou em regiões periféricas, cujas demandas são trazidas para a equipe. Nesse sentido, como ponte entre o campo acadêmico e a população, ressalta-se o papel extensão universitária como a atividade que, por excelência, faz com que a sociedade tome conhecimento da importância da Universidade e da formação como ferramenta de luta e mudança social.

Vale ressaltar ainda que sozinhos, os projetos de extensão não têm condições para viabilização concreta das propostas desenvolvidas, fazendo-se necessárias políticas públicas que subsidiem as transformações nos locais atendidos. À exemplo do caso do projeto realizado para a praça Kantuta, que apesar de envolver diversos agentes na concepção do projeto de revitalização, não foi executado devido a falta de verba e de interesse do poder público.

Cabe pontuar também que são partes importantes dos trabalhos realizados nas ocupações, como da Vila Santo Antônio do Canindé e da Esperança e Ribeirão Vermelho, em Osasco, a construção de relações e vínculos contínuos com os territórios, bem como o entendimento da relação da comunidade com a área ocupada. Nesses casos, é importante salientar que os mecanismos legislativos utilizados na tentativa de solucionar aspectos de planejamento, isoladamente, muitas vezes não consideram um estudo profundo do contexto histórico e social de uma área de risco ocupada pela luta por moradia. Medidas mitigatórias nem sempre garantem a moradia e a qualidade de vida das populações, inclusive no que diz respeito à história da ocupação e dos laços com o lugar e o entorno, que foram construídos ao longo de todos os anos de permanência. A ÁTICO, como projeto de extensão que atua como escritório modelo de arquitetura e urbanismo, permite aos membros trabalhar junto à populações em situação de vulnerabilidade social de forma

participativa, proporcionando experiências que ultrapassam a área da construção civil e fomentam um espaço de debate sobre direito à cidade e pertencimento.

Ademais, durante o isolamento social causado pela pandemia do COVID-19, as ações precisaram ser reprogramadas considerando as limitações do contexto e as necessidades de cada lugar. Um exemplo de como a ÁTICO adaptou suas atividades junto à comunidade foi por meio do auxílio na distribuição de cestas básicas nas ocupações, seguindo protocolos sanitários. Já na Escola Municipal do Jaraguá, a relação construída com a comunidade escolar foi negativamente afetada, contudo, o trabalho continuou sendo desenvolvido. Passado o período mais crítico da pandemia, com a flexibilização das medidas de segurança, as equipes empenharam-se em retomar os projetos.

No Grupo de Trabalho da EMEF Jaraguá, destaca-se também, a especificidade do trabalho com crianças que envolve maiores cuidados, com autorização de seus responsáveis e dinâmicas mais lúdicas. Mesmo nesse trabalho, o sentimento de troca de saberes foi essencial, ao praticar a escuta do público alvo e espelhar os aprendizados empíricos no desenho do projeto.

Por fim, é possível que a forma como a ÁTICO tem atuado ganhe novos caminhos com a proposta de curricularização da extensão. Todavia, é perceptível que grande parte dos estudantes que participaram dos projetos do escritório Modelo tiveram impactos positivos em suas formações, ao refletirem sobre a função do arquiteto e urbanista a serviço da sociedade.

8. Referências

BAZÁN, P. S. A. **Evidências e reflexões sobre uma possível ligação histórico-cultural entre os povos andinos pré-colombianos e a cultura Kadiwéu do Brasil por meio da simbologia Chakana nas diversas expressões artísticas**. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade Estadual Paulista. Unesp: São Paulo, 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.888, 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm. Acesso em 20 dez. 2022.

_____. **Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em 20 dez. 2022

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, 2010. p. 19.

Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - FENEA. **A FeNEA**. s.d. Disponível em: <https://www.fenea.org/fenea>. Acesso em 20 dez. 2022

_____. **EMAU**. s.d. Disponível em: <https://www.fenea.org/ema>. Acesso em 20 dez. 2022

INADA, Mariana Evelyn de Souza; LEONARDI, Taymara Ingrid; CARVALHO, Driely de Oliveira; A Questão Habitacional Na Formação Em Arquitetura E Urbanismo: a experiência interdisciplinar do Escritório Modelo ÁTICO. In: GALLO, Douglas; LOGSDON, Louise; COSTA, Heliara Aparecida (org.). **Habitação de interesse social no Brasil: diálogos e perspectivas**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2022. 164 p.

Kowaltowski, D. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino**. Brasil: Editora Oficina de Textos, 2011.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. “Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, Usos e Funções”. **Ambiência**. Guarapuava, PR, v. 1, n.1, p. 125-139, 2005.

MARICATO. Conhecer para resolver a cidade ilegal In: Leonardo Basci Castriota (org.). **Urbanização Brasileira - Redescobertas**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2003, p. 78-96.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018, [S./], 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/leiturajornal?data=19-12-2018&secao=DO1>. Acesso em: 18 dez. 2022.

MORAIS, Guilherme Fernandes de; PEREIRA, Mariah Vitória Silva; INADA, Mariana Evelyn; CARRANO, Vanessa Acquaviva. **Escritório Modelo De Arquitetura e Urbanismo Na Construção de Espaços Educacionais Participativos**. 2021.

SANTOS, R. O. **Praça Kantuta: símbolo de representação, identidade e cultura boliviana na cidade de São Paulo**. Revista Memorare, Tubarão, v.4, n. 3, esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 209-231, 2017.

SACHS, Céline. **São Paulo: políticas públicas e habitação popular**. São Paulo: EDUSP, 1999. 277 p. ISBN 8531404797.

VASCONCELOS, Bianca Martinez; GOMES, Loamí Santos; NUNES, Pedro Henrique Nascimento. **Concepção do Espaço Semear na Escola Municipal Estação Jaraguá - São Paulo: A importância da Participação da Comunidade Alvo**. In: IV MOSTRA DE PROJETOS DE EXTENSÃO DO CAMPUS SÃO PAULO, 2022, São Paulo - SP. Disponível em <<https://ocs.spo.ifsp.edu.br/index.php/MPEX/IVMPEX/paper/view/1708>>. Acesso em: 20 dez. 2022.